

A hospitalidade na literatura: uma análise de “O convívio”, de João Gilberto Noll

Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG/CNPq)

Gleidston Alis (UFMG)

Recebido 31 mar. 2013/Aprovado 25 mar. 2014

Resumo

O presente trabalho propõe uma análise do conto “O convívio”, de João Gilberto Noll, fundamentada no reconhecimento da literatura como espaço privilegiado para reflexão sobre os paradoxos de nossa contemporaneidade. As proposições de Jacques Derrida acerca da hospitalidade, bem como as reflexões de Giorgio Agamben acerca da amizade, são as principais ferramentas de apoio para compreensão de uma relação entre a protagonista do conto e seu pupilo, na qual se parte do intento de rasurar a alteridade, de moldá-la violentamente a um padrão pré-estabelecido, para uma aceitação incondicional da diferença como requisito peremptório para uma partilha plena, sem reservas, entre os sujeitos.

Palavras-chave: *convívio; hospitalidade; alteridade; amizade; intersubjetividade.*

“O convívio” integra a coleção de contos *A máquina de ser*, publicada em 2006 por João Gilberto Noll. Tem como mote as reflexões de uma protagonista narradora que tenta preparar um “pupilo” para a “convivência”. Muito mais não se pode afirmar sobre as personagens, dada a rarefação de traços distintivos típica da narrativa nolliana.

A palavra “pupilo” é utilizada pela narradora do conto ao dizer que “nas festas de amigo oculto, nas antevésperas do Natal, levávamos os pupilos. O meu naquele ano veio com uma espécie de camiseta da Seleção” (NOLL, 2006, p. 38). Pupilo também será palavra aqui adotada, dada a impossibilidade de traçar melhores contornos para a personagem de que fala a narradora. Não seria possível concluir que se trata de uma criança, de um jovem, de um bebê ou até mesmo, em alguns momentos, de um ser “não-humano”. Há indícios que nos permitiriam usar qualquer um desses termos ou nenhum deles. Sua marginalidade, seu extravio do comportamento comum se reflete na expressão “tinha perdido o fio de sua meada” (NOLL, 2006, p. 37). Não há uma explícita caracterização física da personagem pela narrativa, pelo menos no início. As descrições das suas atitudes fazem transitar a percepção do leitor, sobretudo, entre a criança e o animal.

Remete à criança a sua incapacidade de fala (in-fans). O termo infante tem origem etimológica diferenciada no latim e no grego. No latim, infante é palavra formada pelo prefixo negativo *-in*, mais o verbo *fari*, falar. O *infans* é aquele que não fala. No grego, a palavra infante tem sua origem etimológica no prefixo negativo *-in* e no verbo *faino*, com o sentido de manifestar-se, fazer-se visível. Infante, nesse sentido, é aquele que ainda não se manifestou. Jeanne-Marie Gagnebin sobre o infante diz que é aquele que não adquiriu ainda “o meio de expressão próprio de sua espécie: a linguagem articulada” (1997, p. 87). “Ele parecia me escutar e suave, exibia todo seu esforço em captar minha voz. Pois ele não falava, ainda estava aprendendo a conviver.” (NOLL, 2006, p. 37), diz a narradora, logo no início da descrição do seu processo como tutora. O convívio, portanto, exigiria um aprendizado que incluiria a fala “articulada”, estranha ao peculiar educando. Como não falava, para a protagonista as manifestações do pupilo não o identificavam como sujeito.

O não domínio sobre o corpo, sobre as próprias excreções, a necessidade de um adulto que o tutele, que o eduque para a integração na sociedade, provocam uma ambiguidade quanto à natureza do ser que ela “educa”, como pré-humano, animal, tal como sugerido pelo uso do termo “grunhidos” para referir-se aos sons que o pupilo emite. Sendo assim, a educação proposta se reduz ao adestramento que o rebaixa, diminuindo-o, sujeitando-o.

Limpava-o entre as coxas, e logo mostrava o papel sujo perto do seu nariz e lhe perguntava: Gosta desse cheiro? Ele abanava a cabeça, mas eu não me dava por satisfeita. Aí eu botava o

papel sujo no cesto, pegando-o sempre pela nuca, como se faz com o cachorro que, desavisado, comete suas necessidades, sei lá, em cima do sofá. Pega-se o sujeito pelo cangote e se faz com que ele cheire a porcaria que gerou fora dos arcanos do asseio. (NOLL, 2006, p. 37-38)

Subjaz à tensão criada em torno do estágio primitivo do “pupilo” a premissa de que o homem é um “ser social”. Sua constituição como sujeito se daria a partir da relação com os demais sujeitos, com os discursos, com as instituições, enfim, com a sociedade de um modo geral. A ausência da fala, – mecanismo de interação, talvez o mais próprio, o mais particular do humano – é também índice para caracterizá-lo a partir da visão da narradora como incapaz do laço social, da interação que este último pressupõe. O radical não pertencimento ao gênero humano tem, pois, sua primeira indicação para a preceptora neste não partilhar a linguagem, neste apartamento da possibilidade de troca, de convivência, de manifestação dos desejos, dos afetos, das necessidades, em suma, de uma subjetividade.

Dessas conceituações pressupostas, temos o “valor” atribuído ao “trabalho” da protagonista-narradora em tentar “civilizar” o seu “pupilo”, em promover-lhe as condições para “seus progressos rumo à disposição das trocas” (NOLL, 2006, p. 38), em proporcionar ao aprendiz a subjetivação que lhe atestaria o estatuto de humanidade: “Vários colegas meus me cumprimentavam pelo trabalho abnegado de ir até os confins na bestialidade do aprendiz” (NOLL, 2006, p. 38).

Giorgio Agamben (2009, p. 41) define “sujeito” como “o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos”. Partindo de Foucault e da análise que o pensador francês faz das estruturas de poder como rede, Agamben traça uma genealogia do conceito de dispositivo que podemos entender, de maneira ampla, como “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2009, p. 39)

A protagonista do conto se coloca como uma espécie de agente a serviço de tais dispositivos na medida em que se assume como promotora de um modelo civilizador. Por sua vez, o pupilo não adere docilmente, com “fidelidade canina”¹ aos intentos da tutora. A rede coercitiva dos dispositivos não encontra repercussão na sua opaca subjetividade. Inadequado para a interação via linguagem verbal, lemos sua resistência no corpo manifesto. As expressões corporais, sua “fisionomia afogueada” ao tentar se exprimir, seu abanar de cabeça em repulsa ao cheiro das próprias fezes dão, não apenas a medida de sua incapacidade para responder a uma demanda da tutora,

¹ A expressão dá nome a um dos “instantes ficcionais” da coletânea de minicontos *Mínimos, múltiplos, comuns* (2003), de João Gilberto Noll.

mas afirmam sua resistência ao modelo de interação proposto, ao pertencimento a uma civilização.

A protagonista tenta “assujeitar” o pupilo, ou seja, torná-lo sujeito, a partir do corpo a corpo entre esse “ser vivente” e os “dispositivos”, no sentido que lhes dá Agamben. O esforço da protagonista em assimilar o pupilo à civilização evidencia um primeiro paradoxo da narrativa. Na premência por torná-lo “civilizado”, por assujeitá-lo, usa métodos contraditoriamente bárbaros.

Ali, observando a porta se fechar tragando o meu inerte companheiro na tarde de raro sol de dezembro, ali, pensei seriamente em aplicar-lhe alguns ?corretivos francamente duros, para que ele fosse marcado para sempre com a insanidade a que pode chegar o trato humano. Que a partir do novo tratamento, ele viesse e me pedisse colo com a maior fluência. (NOLL, 2006, p. 39).

A protagonista é quem evidencia esse paradoxo, ao explicitar sua reflexão sobre o caráter “insano” de seu ato. Nesse momento, o conto remete à dicotomia entre civilização e barbárie.² A pretensa racionalidade do modelo civilizatório tem como instrumento de viabilização, paradoxalmente, a própria barbárie.

Paradoxal é, de resto, a questão central colocada pelo conto, isto é, a possibilidade de diálogo eu/outro, o convívio. Ao falar da hospitalidade, desdobrando os vários paradoxos que o termo e sua prática comportam, Jacques Derrida (2003) diz que hospedar o outro implica, em si mesmo, uma relação de poder. Só hospeda quem detém um poder; só pode acolher em “sua casa” aquele que dela tem a posse. Aquele que é hospedado – o estrangeiro, o outro – deve submeter-se, de alguma maneira, a uma instância de poder. Derrida dá como exemplo a necessidade de o hóspede ter de declinar seu nome, sua ascendência para poder ser aceito como tal.

[...] não se oferece hospitalidade ao que chega anônimo e a qualquer um que não tenha nome próprio, nem patronímico, nem família, nem estatuto social, alguém que logo seria tratado não como estrangeiro, mas como mais um bárbaro. (DERRIDA, 2003, p. 23)

Nos exemplos que lemos, tal relação de poder é evidente. A concepção da protagonista sobre a subalternidade do pupilo é o que justifica a hostilidade com que ela o trata e a não-aceitação da diferença que ele representa. Se, de acordo com os termos de Derrida, no entanto, seu dever é hospedar o pupilo, acolhê-lo “como a um estrangeiro” de quem se tolera a condição de “estrangeiridade”, a acolhida rasura a diferença quando tenta torná-lo um “igual a si”. Mas também a intensifica, porque só se acolhe, só se hospeda a quem se reconhece como diferente, estrangeiro. Esta aporia da hospitalidade – a “hostipitalidade” – é trabalhada por Derrida, lembrando Benveniste que a evidencia na própria etimologia da palavra:

² Toma-se aqui o termo “barbárie” emprestado do trabalho de Sérgio Paulo Rouanet (1993) *Mal-estar na modernidade*, no qual, em forte diálogo com o célebre texto freudiano *O mal-estar na civilização*, se propõe que nosso modelo civilizatório teria fracassado:

Em suma, no Brasil e no mundo, o projeto civilizatório da modernidade entrou em colapso. Não se trata de uma transgressão na prática de princípios aceitos em teoria, pois nesse caso não haveria crise de civilização. Trata-se de uma rejeição dos próprios princípios, de uma recusa dos valores civilizatórios propostos pela modernidade. Como a civilização que tínhamos perdeu sua vigência e como nenhum outro projeto de civilização aponta no horizonte, estamos vivendo, literalmente, num vácuo civilizatório. Há um nome para isso: barbárie. Pois o bárbaro, sem nenhum juízo de valor, no sentido mais neutro e mais rigoroso, é aquele que vive fora da civilização. (ROUANET, 1993, p. 11-12).

Para explicar a relação entre “hóspede” e “inimigo”, admite-se em geral que ambos derivam do sentido de “estrangeiro”, que também é atestado em latim; donde “estrangeiro favorável => hóspede” e “estrangeiro hostil => inimigo”. (BENVENISTE, 1995, p. 92)

Uma outra maneira de nos remeter aos paradigmas de nosso modelo civilizatório na construção do silencioso cabo-de-forças travado entre a intenção da protagonista e a resistência de seu “pupilo” é através do clichê. Ao retirá-lo do reformatório para um passeio, a tutora, considerando-se “sem muita imaginação” (NOLL, 2006, p. 38), o leva a um McDonald’s e lhe paga os tradicionais “uma Coca, um hambúrguer e batatinhas fritas” (NOLL, 2006, p. 38), para então sentir que não teria “mais nada para lhe oferecer” (NOLL, 2006, p. 38). Na primeira oportunidade relatada de tirar o “pupilo” de seu internato e levá-lo a um local público, o *fast-food* norte-americano surge como opção óbvia, representativa da sociedade globalizada, reprodutora dos costumes e práticas sócio-econômico-culturais da “superpotência”. Não ter nada mais a oferecer àquele a quem se pretende legar as práticas sociais de nossa cultura, além da comida “seriada” que se compra com algumas moedas, é uma constatação angustiante. Não para a narradora que sequer esboça reflexão maior após a frase. Mesmo sendo ela, em princípio, porta-voz dos requisitos civilizatórios. O trabalho da estética nolliana com os clichês e a cultura de massas é bastante recorrente e é observado por Idelber Avelar:

Os narradores de Noll não reconhecem na cultura de massas nenhum relato da experiência já vivida, mas contemplam uma experiência coisificada e saturada de clichês condenada a repetir, *ad infinitum*, os giros linguísticos de algum filme B ou comédia de televisão. (AVELAR, 2003, p. 223)

Um outro exemplo da utilização irônica do clichê no conto são as festas de amigo oculto, “nas antevésperas do Natal” (NOLL, 2006, p. 38), numa exposição do jogo de aparências e futilidades que envolvem as nossas práticas sociais em comemorações e festividades. Celebrações que tinham como objetivo não o convívio entre amigos, a troca de presentes ou a comemoração do natal, mas a exibição dos pupilos. Um tipo bizarro de apresentação anual de resultados.

Nas festas de amigo oculto, nas antevésperas do Natal, levávamos os pupilos. O meu naquele ano veio com uma espécie de camiseta da Seleção; era uma graça olhá-lo com deleite por seus progressos rumo à disposição das trocas. (NOLL, 2006, p. 38)

O comentário da narradora sobre o seu pupilo faz dele um arremedo de pessoa, um mero atestado da eficiência do seu trabalho. No entanto, um atestado também “clicherizado”, representado pela camiseta da Seleção, símbolo da “paixão nacional” pelo futebol, fator pretensamente integrador da coletividade. Camiseta, todavia, que veste a indiferença do pupilo.

Ainda no McDonald's, o "pupilo" emite um latido, como um tipo de resposta ao ambiente e ao que ele representa. Dada sua inaptidão para a linguagem dos homens, manifestar-se em latido reforça sua posição de resistência ao acultramento. O latido estarrece a sua acompanhante, mas não é notado pelos demais frequentadores, imersos nas certezas de suas condutas, alheios e desinteressados. A tutora, no entanto, confessa sua perplexidade diante da impossibilidade de definir o ser que, embora pudesse assumir a forma em que ela o moldasse, não se reduz a esta forma, sendo efetivamente um enigma refratário a qualquer decifração, "aquele ser vivendo apenas nos limites de sua miserável fortaleza" (NOLL, 2006, p.38). Resistência refletida também em sua indiferença, como no retorno ao reformatório após o passeio:

Entre não olhar para mim enquanto andava para a porta, onde uma funcionária o esperava, ou voltar a cabeça em despedida daquela que lhe pagara um lanche no McDonald's, entre as duas opções não havia para ele a menor diferença. (NOLL, 2006, p. 39)

Note-se que ter pagado um lanche no Mc Donald's é utilizado no discurso da protagonista para acentuar a indiferença do "pupilo", como se o dinheiro gasto, mais do que um possível afeto, o fizesse lhe dever alguma resposta. Nesse episódio, entre sua tentativa de imersão do "pupilo" na cultura, no espaço público e nos costumes, o alheamento do "pupilo" e até mesmo a recusa à adaptação a fazem questionar-se sobre a sua própria solidão. Inserida na civilização, encarregada de nela iniciar um desajustado, reconhece-se tão isolada quanto ele. O domínio da linguagem comum e dos comportamentos esperados não a integram a nenhuma coletividade, a nenhum núcleo afetivo. Tal reconhecimento representa um primeiro índice, um deslizamento na posição até então inflexível da protagonista. Configura-se, aí, uma primeira identificação, um primeiro partilhar entre tutora e pupilo, mesmo que seja o espaço da solidão.

Pensei que eu talvez precisasse tanto quanto ele da vocação para os encontros, porque eu morava sozinha, sim, e a cada dia mais recuava diante das relações que não fossem as do Dispensário, onde eu entrava a cada manhã e de onde eu saía no fim da tarde. (NOLL, 2006, p. 38)

Esse espaço partilhado, no entanto, é representado no texto com implicações diferentes para os dois personagens. A protagonista constata com melancolia a própria solidão; ao passo que avalia a solidão do pupilo como inócua. Seu alheamento à cultura, à sociabilidade, não lhe trazem, aparentemente, nenhum sofrimento, por não haver nele a expectativa do convívio que a tutora carrega e tenta lhe impingir. Diz a protagonista: "ele era assim, só fazia o que queria, sem a menor consciência do entrelaço entre os desejos no entorno" (NOLL, 2006, p. 39). E acrescenta: "ele só

seguia, seguia sempre, coitado...” (NOLL, 2006, p. 39). Chamá-lo de coitado reflete a inaptidão do “pupilo” para as habilidades que dele são esperadas como ser social e, talvez, uma necessidade de autoafirmação da protagonista, de reiterar para si mesma a certeza que deveria ter quanto ao seu próprio pertencimento. Isso, tendo em vista que o sentimento de piedade manifestado no uso da palavra “coitado”, marca, ainda, a condição de superioridade da narradora, ao menos na imagem que constrói de si.

A sucessão dos eventos, no entanto, nos aponta para um gradual reconhecimento da própria frustração e uma inesperada admiração pelo outro a quem se pretendia subjugar. Decorreria daí o apego que ela passa a manifestar pelo “pupilo”. Admiração pela independência que ele representa, pela libertação que ele materializa. O estatuto social do qual a protagonista já estava impregnada, no entanto, inviabiliza uma inversão de papéis. Não haveria cabimento para ela um movimento de “descivilização”. Apegada definitivamente ao “pupilo”, admite toda e qualquer via para a sujeição do outro, amado, a seu próprio universo, o qual ela, por sua vez, não poderia abandonar.

Eu já estava perdidamente apaixonada por isso que ainda não era humano. Para viabilizar essa paixão seria capaz de desfigurá-lo até. Extraí-lo de sua imagem e cunhar à força uma segunda figura –, esta mais domesticável, ou melhor ainda, cândida. (NOLL, 2006, p. 39)

Neste momento ela ainda se toma como parâmetro a que está submetida a afirmação do outro como sujeito. A menção ao possível uso de violência contra o pupilo revela seu desespero, sua angústia diante da impossibilidade de estabelecer uma interação com esta alteridade radical. Desloca-se do desprezo e da repulsa iniciais para uma necessidade passional do movimento de aproximação com o pupilo. Não se trata mais de simplesmente adestrá-lo para a vida em sociedade, mas para trazê-lo para si, como uma resposta a sua necessidade de afeto. Desliza-se, então, de uma motivação no âmbito da cultura, para uma de caráter individual e emotivo, em que se pretende tornar “o outro” o objeto de seu afeto. Trazê-lo, antes, para que responda à necessidade da narradora, do que propriamente à do pupilo.

Que a partir desse novo tratamento, ele viesse e me pedisse colo com a maior fluência. [...] Ele não latiria mais. E passaria os fins de semana na minha casa, comendo, gostando, armando um sorriso na hora de partir para que eu não o esquecesse assim na santa paz. [...] Ah, mas isso tudo seria demais, e eu não queria antecipar o impossível, sabe? (NOLL, 2006, p. 39)

Como resposta a esse novo propósito, a narradora leva o pupilo para sua casa, proporcionando uma proximidade impossível no ambiente institucionalizado do dispensário ou nos espaços públicos que o obrigava a frequentar: “ele por enquanto dorme

na minha cama” (NOLL, 2006, p. 39). No ambiente domiciliar, o apego pelo pupilo cresce, o contato físico se estreita, ainda que ele continue não respondendo a essas investidas afetivas. A protagonista, então, dá-se conta de que sua missão não logrará êxito.

Ele faz um movimento brusco, me deixando a ideia de que o meu trabalho será em vão. Levanto, na frente do espelho do banheiro percebo que devo estar velha para as funções juvenis do meu protegido –, a quem pretendo legar a arte do convívio. (NOLL, 2006, p. 40)

Em função desta constatação e já usando, agora, a palavra convívio, a preceptora exprime a necessidade desesperada de que o outro se ponha “ao par do fluxo incessante da pessoa que em mim se manifesta” (NOLL, 2006, p.40). Será este o caminho para a aceitação do que chama as particularidades, as suas e as do pupilo, que seriam indícios das subjetividades em jogo. A ausência da linguagem e da assimilação de um repertório de práticas sociais não é mais empecilho para o reconhecimento do outro como sujeito. Embora ainda afásico, infante, o pupilo, de alguma maneira, já é visto como possibilidade de convivência, semelhante ao que nos assinala Agamben na sua reflexão sobre infância e linguagem:

A ideia de uma infância como uma ‘substância psíquica’ pré-subjetiva revela-se então um mito, como aquela de um sujeito pré-linguístico, e infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância. Mas talvez seja justamente neste círculo que devemos procurar o lugar da experiência enquanto infância do homem. Pois a experiência, a infância que aqui está em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso que, em um determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se aliás ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito. (AGAMBEN, 2005, p. 59)

No conto, este ser constituído na linguagem, não anteriormente a ela, já que não existe instância que a preceda, tem reconhecida sua singularidade, ainda que “em formação”, já aberta ao outro, “E que essa sua singularidade em formação se deixe friccionar pela minha que já se encontra inteira na dormência dele, na dormência dessa máquina de ser aí ainda incipiente” (NOLL, 2006, p. 40).

Vendo o pupilo dormir, admite a protagonista estar “viciada em conviver com ele” (NOLL, 2006, p. 40), pensa em acordá-lo para estabelecer um possível contato. Mas apenas deita-se ao seu lado, aproximando-se do seu corpo. Ao invés de trazê-lo de volta à vigília, à consciência, à sociedade e aos seus dispositivos, a tutora é quem imerge no sono, no sonho. No espaço onírico, encena-se a sua insegurança, a sua incerteza e fragilidade ao ver-se

“numa paisagem nua de detalhes” (NOLL, 2006, p. 40) e “caída na poeira” (NOLL, 2006, p. 40), tendo à frente, como perspectiva de caminhada apenas um “imenso lodaçal” (NOLL, 2006, p. 40). E segue, expropriada de todas as certezas anteriores, dizendo “[n]ão sei em que direção rumar, inexistem placas. Não sei se posso dar continuidade a essa cena muda pertencente a um enquadramento que me toma e vê. Falta-me tudo para me livrar desse episódio.” (NOLL, 2006, p. 40).

A personagem, antes imbuída de certezas categóricas quanto à sua missão, flagra-se, agora, sem parâmetros, mais perdida do que aquele a quem deveria guiar “pela mão”, aquele que, em princípio, seria o desnorteadado. A saída para esse impasse é vislumbrada no movimento em direção ao outro. O contato com o corpo pulsante do “pupilo”, ao seu lado na cama, evidencia a fronteira entre o eu e este outro. Mas, ao mesmo tempo, e por força desta mesma evidência, franqueia-se a fronteira que separa as duas instâncias. Surge, então, para a protagonista o dilema de mergulhar no sono ou voltar à tona: “Sei que depende de mim escolher de que lado permanecer.” (NOLL, 2006, p. 41). O movimento em direção ao outro é uma de-cisão, uma ruptura, uma renúncia a uma pretensa totalidade do eu. A sucessão dos eventos a partir daí nos fazem especular sobre a sua permanência no sonho, onde não apenas as normas e instituições da civilização se relativizam, mas também as próprias leis da natureza. A seguir nos deparamos com a regressão física do “pupilo” ao estágio idealizado de bebê.

Esse procedimento de difusão de tempos e espaços, de confusão entre memória e presença, entre idealização e constatação – marcas não raras na obra de Noll – é descrito da seguinte maneira por César Guimarães na leitura de *Bandoleiros*:

[...] os personagens de Noll não apenas são incapazes de responder às exigências do meio, como têm seus momentos da vigília subitamente interrompidos pelas imagens da memória ou do delírio. [...] A imagem que então se forma é a de um tempo indiscernível entre o ontem e o hoje, o acontecimento presente e o lembrado, o real e o imaginário. (GUIMARÃES, 1997, p. 172)

Mesmo não pretendendo propor uma leitura psicanalítica da parte final do conto, parece adequado relembrar brevemente algumas postulações freudianas em sua *Interpretação dos sonhos*, que ajudam na análise. Na esteira do que propõe César Guimarães sobre o procedimento nolliano de confundir temporalidades e espacialidades, Freud aponta o sonho como espaço da experiência e não apenas do pensamento. Para ele, o que se passa no sonho é experimentado pelo corpo como se real fosse. Afastada da vigília, a mente perderia o referencial para a distinção entre o real e o psíquico:

[...] os sonhos *alucinam*, [...] substituem os pensamentos por alucinações. Nesse sentido, não existe distinção entre as apresentações visuais e acústicas [...]. Os sonhos constroem uma *situação* [...]; representam um fato que realmente está acontecendo [...]

Mas essa característica da vida onírica só pode ser plenamente compreendida se reconhecermos ainda que nos sonhos – via de regra, pois há exceções que exigem exame especial – parece que não *pensamos*, mas passamos por *experiência*; isto é, atribuímos completa crença às alucinações. (FREUD, 1970-1980b, p. 52)

O dilema da personagem entre afastar-se da realidade opressora por meio do sono ou manter o convívio com o “pupilo” após senti-lo, ainda em sonho, pulsando, é iluminado pela postulação freudiana de que “os estímulos sensoriais que chegam até nós durante o sono podem muito bem tornar-se fontes de sonhos” (FREUD, 1970-1980b, p. 24). Vejamos o trecho do conto:

É aí que sinto na mão um volume compacto. Esse volume pulsa, respira até e tanto que parece vai arrebentar. Olho sob a minha mão: nada há. Aí descubro que a coisa que a minha carne toca não está no lado de cá do sono, onde me encontro, mas permaneceu de fora, justamente na cama, a ressonar. Sei que depende de mim escolher de que lado permanecer. Se ficar aqui, perderei o convívio com esse volume de quem sinto o calor debaixo da mão... (NOLL, 2006, p. 40-41)

Mais adiante, justapondo os espaços do sonho e do quarto, na exposição de um discernimento entre as duas instâncias, imediatamente antes de “acordar”, diz a personagem:

Lembro que ainda consegui ver mais nítido as duas partes do meu corpo: uma, feita pela minha solidão com a matéria do meu sono; outra, que só possuía o meu braço e a mão acariciando bem desperta o corpo dele [...] (NOLL, 2006, p. 41)

No entrelugar sonho/vigília, a personagem tem a impressão de uma rarefação do pupilo, “ele ainda dormia e parecia pouco a pouco se esvaír” (NOLL, 2006, p. 41), até o ponto de levantar-se apressada, arrumar-se, e tomá-lo nos braços “como se fosse uma criança de colo” (NOLL, 2006, p. 41). Ela sai então em deambulação, sem finalidade aparente, movida pela suposta necessidade de tomar alguma providência quanto ao ser que se esvai em seus braços. Após passar por um cais e tomar uma barca para a travessia de um mar ou rio sem nome, nota a narradora que “o embrulho estava assustadoramente menor” (NOLL, 2006, p. 42).

Para a economia interna do conto, é importante essa regressão física para corroborar o estado de sonho da protagonista, uma vez que no estado onírico não é descabida a subversão da ordem natural.

Os sonhos são desconexos, aceitam as contradições mais violentas sem a mínima objeção, admitem impossibilidades, desprezam o conhecimento que possui grande peso em relação a nós na vida diurna, revelando-nos como imbecis éticos e normais. (FREUD, 1970-1980b, p. 57)

O prosseguimento da deambulação passa por uma farmácia, situação que a personagem trata como corriqueira, habitual, sugerindo intimidade com a “criança” na sugestão de conhecimento do “remedinho do ouvido” (NOLL, 2006, p. 42) a ser comprado. Intimidade desejada de um convívio esperado, mas inviável até antes do sonho. A naturalidade do evento remete ao fato de os sonhos poderem ser tomados por “realizações de desejos” (FREUD, 1970-1980b, p. 131).

Toda a metamorfose que se dá a partir do sonho deturpa, subverte a lógica pré-existente, mantendo como núcleo referencial o afeto que a protagonista desenvolvera pelo “pupilo” ainda na vigília. Sobre esse movimento durante o sonho, assim postula Freud (1970-1980b, p. 492): “o material ideacional passou por deslocamentos e substituições, ao passo que os afetos permaneceram inalterados”.

O momento final da narrativa é a realização do convívio entre a protagonista e o “pupilo”. O movimento que proporciona a efetivação do convívio não é o de trazer o “pupilo” para a civilização através da linguagem, mas o de unir-se a ele através do corpo, pelo contato mais elementar, vital, entre dois seres: a amamentação.

Abri o botão da blusa e lhe dei de mamar. *Havia um convívio ali, enfim...* Costumava-se calar o sereno gozo que uma criança poderia disseminar junto à carne materna. Eu era o alimento que aquele mínimo ser em meio às trevas do meu peito demandava. De agora em diante estava irrevogavelmente ligada a ele, quisesse ou não. (NOLL, 2006, p. 42, grifos nossos)

O que proporciona a realização do convívio, depois do imprescindível movimento do reconhecimento do pupilo enquanto sujeito demandante, é a configuração de uma hospitalidade incondicional no acolhimento da alteridade. Agora, sem rasurar sua diferença, sem reduzi-la violentamente a um tipo de “si mesmo”, a protagonista experimenta a amizade do outro, partilhando no corpo o paradoxo da sua acolhida como um igual diferente. “O amigo não é um outro eu, mas uma alteridade imanente na ‘mesmidade’ um tornar-se outro do mesmo.” (AGAMBEN, 2009, p. 90). O reconhecimento radical da alteridade, a gratuidade absoluta da “amizade” é indissociável da renúncia de exigir do outro qualquer contrapartida. Derrida define esta hospitalidade absoluta ou incondicional como aquela que

[...] supõe uma ruptura com a hospitalidade no sentido corrente, com a hospitalidade condicional, com o direito ou o pacto de hospitalidade. [...] a hospitalidade absoluta exige que eu abra

minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provido de um nome de família, de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe *ceda lugar*, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome. (DERRIDA, 2003, p. 23-25)

Essa não exigência de reciprocidade no *convívio*, “essa partilha sem objeto” (AGAMBEN, 2009, p. 92), é tratada em outros termos por Agamben, retomando as considerações de Aristóteles sobre a amizade em *A ética a Nicômaco*. O filósofo italiano estabelece uma importante distinção entre *condividir* – termo que remete a uma coexistência não-implicada, a nada mais do que a repartição do espaço entre dois seres – e *com-dividir*, *com-sentir* (sentir com) – que abriga a ideia da partilha própria às relações de amizade entre os homens. O filósofo italiano, tomando o exemplo de Aristóteles, diz que os animais, como o gado, *condividem* o pasto; os homens, diversamente, *convivem*. A experiência do *convívio* na amizade *indissocia-se* da doçura de sentir-se vivo.

Os amigos não *condividem* algo (um nascimento, uma lei, um lugar, um gosto): eles são *com-divididos* pela experiência da amizade. A amizade é a *condivisão* que precede toda divisão, porque aquilo que há para repartir é o próprio fato de existir, a própria vida. (AGAMBEN, 2009, p. 92)

A realização do *convívio* como “hospitalidade absoluta” é, por conceito, desde sua definição, irrealizável, um projeto utópico de partilha em que a acolhida radical poderia dar-se sem a rasura da alteridade e sem a explicitação da diferença.

Tudo se passa como se a hospitalidade fosse o impossível: como se a lei da hospitalidade definisse essa própria impossibilidade, como se não se pudesse senão transgredi-la, como se a lei da hospitalidade absoluta, *incondicional*, hiperbólica, como se o imperativo categórico da hospitalidade exigisse transgredir todas as leis da hospitalidade, a saber as condições, as normas, os direitos e os deveres que se impõem aos hospedeiros e hospedeiras, aos homens e às mulheres que oferecem e àqueles e àqueles que recebem a acolhida. (DERRIDA, 2003, p. 67-69)

A literatura configura-se, no texto de Noll, como o espaço de viabilização do paradoxo, da “realização” plena do *convívio*. Acolhe a literatura aquilo que as leis da hospitalidade vetam. Mas o texto nolliano não se contenta em apenas afirmar este lugar do literário. Convoca, ainda, o leitor, a situar-se, a tomar posição diante do estatuto da alteridade, em tempos de intolerância. Convoca-o a partilhar de uma ética radical, aquela que supera os códigos de conduta, a lei, para se configurar como acolhida incondicional do outro. Isso se coloca de forma contundente ao final do conto, quando a narradora, numa provocação ao leitor, instituindo a segunda pessoa, dirige-se diretamente a ele:

Pois de quem mais ele teria um peito e esse fogo brando a cada nova mamada? De quem mais?

Hein...?

Por acaso de ti? (NOLL, 2006, p. 42)

O convívio anunciado desde o título não é mediado, pois, pela linguagem articulada, pelo legado da civilização e seus dispositivos. Antes, por “uma linguagem invertebrada”³ traduzida por uma comunhão no corpo. O bebê que convive com o corpo “materno”, lembrando-nos aqui da confluência semântica entre as palavras “convívio” e “banquete”, encontra no ato final da narradora o alimento, que emerge das suas próprias entranhas, e também o conforto de estar em comunhão com outrem, no “fogo brando” e terno assegurado pela promessa de “cada nova mamada”.

Abstract

This paper proposes an analysis of the short story “O convívio”, by João Gilberto Noll, based on the recognition of literature as a privileged space for reflection about the paradoxes of our times. The propositions of Jacques Derrida concerning hospitality and the reflections of Giorgio Agamben about friendship are the main tools to support understanding the relationship between the protagonist of the story and his pupil, which begins with the attempt to erase otherness, to shape it violently to a pre-established pattern, for an unconditional acceptance of difference as peremptory requirement for absolute sharing, without reservations, among the subjects.

Keywords: *fellowship; hospitality; alterity; friendship; inter-subjectivity.*

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

_____. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AVELAR, Idelber. Bildungsroman em suspenso: Quem ainda aprende com os relatos de viagens? In: _____. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Trad. Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

³ A expressão está no romance *Harmada* (1993), na descrição que faz o narrador de um dos personagens por ele interpretado enquanto ator.

- BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-européias*. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade*. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1970-1980.
- _____. A interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1970-1980b.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: *Infância, escola e modernidade*, org. Paulo Ghiraldelli Júnior. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- GUIMARÃES, César. Narrar por imagens: o olhar e a memória. In: _____. *Imagens da memória: entre o legível e o visível*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- NOLL, João Gilberto. *Harmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Mínimos, múltiplos, comuns*. São Paulo: Francis, 2003.
- _____. "O convívio". In: _____. *A máquina de ser*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.